



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE CACHOEIRA DO SUL
PRINCESA DO JACUÍ – CAPITAL NACIONAL DO ARROZ
PALÁCIO LEGISLATIVO JOÃO NEVES DA FONTOURA

Ofício N°563/2024 - GP

Cachoeira do Sul, 10 de dezembro de 2024.

Ao Senhor
Rodrigo Otavio Soares Pacheco,
Presidente do Senado Federal,
Brasília - DF.

Assunto: Encaminha Moção de Apoio.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Requerimento n° 630/2024, de autoria do vereador Nelson Azevedo, aprovado por esta Casa na sessão ordinária do dia nove de dezembro do corrente ano, em **Moção de Apoio** à aprovação do Projeto de Lei n° 624/2023 que "*Institui o Programa de Renda Básica Energética (REBE)*", e que já foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora tramita junto ao Senado Federal.

Agradecendo antecipadamente a atenção dispensada às proposições deste Legislativo, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Ronaldo Trojahn,
Presidente.




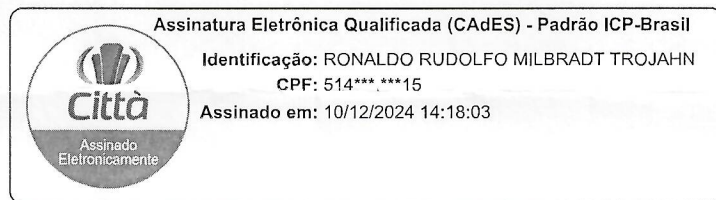
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CACHOEIRA DO SUL

RUA SETE DE SETEMBRO, 1078 - 96508-010
89.201.180/0001-83 - (51) 3722-2782

Manifesto do Documento

Para confirmar a integridade do documento, basta informar a Chave de Autenticação no site:
<https://cmcachoeiradosul.cittatec.com.br/processo/autenticacao-documento/7BF453DC>

OFÍCIO		Autenticação  7BF453DC
Protocolo -		
Documento	Processo	
000563 / 2024	-	



Hash do documento (SHA-256): e2f42075c44cd519f45d010c2780dcf74885d4f20307a2ba90d794993fc2c5cf

Documento assinado eletronicamente, conforme relação de assinatura(s) acima identificadas(s), assinado nos termos da Lei Federal nº 14.063/2020; MP 2.2002/01.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE CACHOEIRA DO SUL
PRINCESA DO JACUÍ – CAPITAL NACIONAL DO ARROZ
PALÁCIO LEGISLATIVO JOÃO NEVES DA FONTOURA

Considerando o Projeto de Lei nº 624/2023, que “Institui o Programa Renda Básica Energética (Rebe) e altera as Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, 14.182, de 12 de julho de 2021, e 14.300, de 6 de janeiro de 2022”, já aprovado na Câmara dos Deputados.

Considerando que a aprovação deste Projeto de Lei pelo Senado é essencial para a microgeração distribuída de energia solar fotovoltaica com capacidade de até 75 kW AC, visando melhorar as condições sociais e econômicas da população gaúcha.

Considerando que é crucial que os representantes políticos da população gaúcha defendam os direitos dos consumidores e promovam um ambiente regulatório que estimule o crescimento da energia solar.

Considerando que esse movimento é fundamental para garantir um desenvolvimento sustentável no Estado, permitindo que a população usufrua dos benefícios de uma energia limpa, acessível e ambientalmente responsável.

O Vereador infra-escrito na forma regimental apresenta à seguinte:

REQUERIMENTO Nº DE 2019.

Que a Casa, após ouvir o Plenário, envie “*MOÇÃO DE APOIO*” para aprovação do Projeto de Lei nº 624/2023, “Institui o Programa de Renda Básica Energética” (REBE), já aprovado na Câmara dos Deputados, e que tramita junto ao SENADO FEDERAL.

Assim, encaminhamos a presente Moção de Apoio, para que seja apreciada pelo Plenário da Câmara de Vereadores e após seja enviado ao Senado Federal.

Plenário Edgar Muller, 09 de dezembro de 2024.

Nelson José de Azevedo Junior,

Vereador do PDT



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CACHOEIRA DO SUL

RUA SETE DE SETEMBRO, 1078 - 96508-010

89.201.180/0001-83 - (51) 3722-2782

Manifesto do Documento

Para confirmar a integridade do documento, basta informar a Chave de Autenticação no site:

<https://cmcachoeiradosul.cittatec.com.br/processo/autenticacao-documento/86A7DA2D>

REQUERIMENTO

Protocolo 008349 de 06/12/2024 14:08:35

Documento

000630 / 2024

Processo

-

Autenticação



86A7DA2D

Assinatura Eletrônica Qualificada (CAdeS) - Padrão ICP-Brasil



Identificação: NELSON JOSE DE AZEVEDO JUNIOR

CPF: 677***-***97

Assinado em: 06/12/2024 13:57:08

Hash do documento (SHA-256): f205ee91cf1219a619161078cc97b360ff108ab007452acba3a024ae8c10505f

Documento assinado eletronicamente, conforme relação de assinatura(s) acima identificadas(s), assinado nos termos da Lei Federal nº 14.063/2020; MP 2.2002/01.